

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.397.799 - RS (2011/0021857-1)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : GERSON ARAÚJO LOPES
ADVOGADO : KATIA MANDELLI BAUER E OUTRO(S) - RS021560B

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado pela União contra decisão da minha lavra (e-STJ, fls. 367-368), em que reconsiderarei decisão anterior (e-STJ, fls. 362-363), a fim de determinar "a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso com repercussão geral reconhecida e em observância aos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão combatida coincidir com a orientação emanada por este Tribunal Superior ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão impugnado divergir da decisão sobre o tema objeto da afetação".

Aduz a agravante que, nos termos do inciso II do art. 1.030 do CPC/2015, como o órgão que proferiu o acórdão recorrido foi o STJ, só haveria duas possibilidades de atuação: a retratação pela Corte Cidadã, se o acórdão recorrido contrariasse a tese paradigma ao final firmada quando da apreciação do RE; ou julgar o recurso prejudicado, se o acórdão recorrido estivesse em consonância com o *decisum* vinculante.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Assiste razão à irresignação da parte agravante. Explico.

De fato, no presente processo, o STJ já julgou o recurso especial (conforme e-STJ, fls. 139-143, 178-182 e 281-285), tendo sido o recurso extraordinário interposto contra o julgamento desta Corte Superior.

Assim, eventual juízo de adequação, com base no art. 1.040, II, do CPC/2015, deverá ser realizado pelo órgão prolator do acórdão recorrido (no caso, o Superior Tribunal de Justiça), e não pelo TJ ou TRF.

Ante o exposto, reconsidero a minha decisão de e-STJ, fls. 367-368. Desse modo, deve prevalecer a decisão de e-STJ, fls. 362-363, mantendo-se o sobrestamento do recurso especial até a publicação do julgamento dos aclaratórios pelo STF no RE 638.115/CE, os quais, a propósito, estavam pautados para o dia 25/9/2019, segundo informações do *site* do STF.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator